

CONHECIMENTO SOBRE O ECA ENTRE ALUNOS DO 5º ANO: UM ESTUDO NO ÂMBITO DO DIREITO EDUCACIONAL

Maria Helena Ramalhais Filetti*; Taíza Fernanda Ramalhais**

*Estudante do 5ª ano da Escola Municipal Anita Garibaldi – Corbélia-PR– e-mail: mariahelenaramalhais@gmail.com

**Psicóloga e Psicopedagoga, Ph.D., Mestre e Doutora - Colaboradora científica– e-mail: ramalhaistf@gmail.com

INFORMAÇÕES

Histórico de submissão:

Recebido em: 10 nov. 2025
Aceite: 14 nov. 2025
Publicação online: dez. 2025

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de um estudo piloto realizado com alunos do 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública situada no oeste do Paraná. O principal objetivo da pesquisa foi investigar o nível de conhecimento dos estudantes sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma lei brasileira criada para proteger os direitos e definir os deveres das crianças e adolescentes. Para isso, foram aplicados questionários com perguntas objetivas e dissertativas, além de observações em sala de aula e análise de documentos escolares. Os dados coletados mostram que os estudantes têm maior familiaridade com os direitos previstos pelo ECA do que com os deveres. Os resultados reforçam a necessidade de inserir esse conteúdo de forma mais clara, contínua e participativa nas práticas pedagógicas escolares, fortalecendo desde cedo a formação cidadã dos estudantes.

Palavras-chave: Estatuto da Criança e do Adolescente; Direitos e Deveres; Cidadania; Ensino Fundamental.

ABSTRACT

This article presents the results of a pilot study conducted with 5th-grade students from a public elementary school located in western Paraná, Brazil. The main objective of the research was to investigate the students' level of knowledge about the Statute of the Child and Adolescent (ECA), a Brazilian law created to protect the rights and define the duties of children and adolescents. To this end, questionnaires containing objective and open-ended questions were applied, along with classroom observations and analysis of school documents. The collected data show that students are more familiar with the rights established by the ECA than with the duties. The results highlight the need to include this content more clearly, continuously, and participatively in school pedagogical practices, strengthening students' civic education from an early age.

Keywords: Statute of the Child and Adolescent; Rights and Duties; Citizenship; Elementary Education.

Copyright © 2025, Maria Helena Ramalhais Filetti; Taíza Fernanda Ramalhais. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citação: FILETTI, Maria Helena Ramalhais; Micheli Soares; RAMALHAIS, Taíza Fernanda. Conhecimento sobre o ECA entre alunos do 5º ano: um estudo no âmbito do direito educacional. *Iguazu Science*, São Miguel do Iguaçu, v. 3, n. 8, p. 66-68, dez. 2025.

INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma lei criada no Brasil em 1990 com o objetivo de garantir que crianças e adolescentes sejam tratados com respeito, dignidade e proteção. Ele define claramente os direitos que todas as crianças devem ter, como direito à educação, à saúde, ao lazer, à convivência familiar e à proteção contra violência e abandono. Além disso, também apresenta os deveres,

como respeitar os outros, cuidar dos bens públicos e participar de forma responsável na sociedade. Mesmo sendo uma lei tão importante, muitas crianças e adolescentes não conhecem bem o que o ECA diz. Em algumas escolas, o tema é trabalhado apenas de forma superficial, o que pode fazer com que os estudantes não compreendam totalmente seus direitos e deveres. A escola, por ser um espaço de aprendizagem e convivência, tem papel fundamental na formação cidadã dos alunos.

Este estudo piloto foi realizado com uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola municipal do oeste do Paraná. O principal objetivo foi investigar se os alunos conhecem o ECA e como eles entendem os seus próprios direitos e deveres. O estudo também busca chamar a atenção para a importância de trabalhar esse tema desde os primeiros anos da vida escolar, com atividades que tornem o conteúdo mais acessível e prático.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um marco legal de grande relevância no Brasil, fundamentado no princípio da proteção integral, que está previsto na Constituição Federal de 1988. Esse princípio significa que todas as crianças e adolescentes devem ser vistos como sujeitos plenos de direitos, merecendo tratamento especial e prioridade absoluta na formulação e execução das políticas públicas. Ou seja, o ECA não apenas reconhece seus direitos, mas também assegura que o Estado, a família e a sociedade tenham responsabilidade compartilhada na garantia desses direitos (Brasil, 1990). Essa legislação representa um avanço importante na garantia da dignidade e do desenvolvimento saudável da infância e da juventude, pois busca assegurar o direito à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, e à proteção contra qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

De acordo com Abramovay (2002), a escola ocupa um papel central nesse processo, funcionando como um espaço privilegiado para a disseminação e construção de valores democráticos. Ela não deve se limitar apenas à transmissão de conhecimentos acadêmicos, mas precisa promover uma cultura de respeito mútuo, diálogo constante e exercício da cidadania entre seus alunos. Para que isso aconteça, é fundamental que o currículo escolar inclua conteúdos que abordem os direitos da criança e do adolescente de maneira crítica, reflexiva e contextualizada, permitindo que os estudantes compreendam a importância desses direitos para a sua vida e para a convivência social.

A escola, portanto, deve atuar como agente transformador, sensibilizando os alunos sobre suas responsabilidades e incentivando a participação ativa na defesa desses direitos. Silva e Ferreira (2018) ressaltam que, apesar da existência do ECA e da ampla divulgação feita desde sua promulgação, muitos estudantes do Ensino Fundamental ainda apresentam um conhecimento limitado ou fragmentado sobre os seus próprios direitos e deveres previstos na legislação. Essa lacuna no entendimento não compromete apenas a formação cidadã desses alunos, mas também prejudica sua capacidade de se proteger em situações que envolvem violações, seja no ambiente escolar, familiar ou comunitário. A falta de familiaridade com os direitos dificulta a identificação

e denúncia de abusos, assim como o exercício consciente dos deveres que garantem o respeito e a convivência pacífica entre pares.

Nesse sentido, conhecer o ECA torna-se uma parte essencial do processo educativo, pois possibilita que crianças e adolescentes internalizem não apenas os seus direitos, mas também os deveres que acompanham esses direitos, como o respeito ao próximo, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade nas relações interpessoais.

Contudo, para que esse conhecimento seja realmente efetivo e significativo, ele não pode se restringir à simples memorização de artigos ou à leitura superficial da lei. É preciso que a educação sobre o ECA envolva práticas pedagógicas ativas e interativas, capazes de engajar os estudantes no processo de aprendizagem. Atividades como dramatizações de situações cotidianas, debates em grupo, leituras orientadas de histórias e casos reais, além do contato direto com profissionais da rede de proteção — como conselheiros tutelares, assistentes sociais e psicólogos —, são estratégias eficazes para aproximar o conteúdo da realidade dos alunos. Essas práticas ajudam a transformar o ECA em um instrumento vivo, que influencia e orienta o comportamento e as atitudes dos estudantes no dia a dia, promovendo uma cultura de direitos humanos desde a infância.

METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida como um estudo piloto, ou seja, uma primeira experiência para testar a proposta em uma escola específica e verificar a viabilidade de estudos maiores no futuro. A abordagem foi exploratória, com métodos qualitativos e quantitativos. O estudo aconteceu em uma escola pública localizada no oeste do Paraná e contou com a participação de 12 estudantes da sala do 5º ano do Ensino Fundamental, com idades entre 9 e 11 anos.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário contendo perguntas objetivas e abertas, direcionado aos alunos do 5º ano, visando compreender seu conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. O questionário foi dividido em três partes: a primeira buscava identificar se os alunos já tinham ouvido falar do ECA e o que sabiam sobre ele; a segunda abordava os direitos garantidos pela lei; e a terceira parte investigava os deveres previstos no ECA. As respostas foram analisadas por frequência e também por conteúdo, para identificar os principais temas citados pelos alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos revelam que cerca de 64% dos alunos já ouviram falar sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, principalmente durante atividades escolares, como feiras de ciências e projetos interdisciplinares.

No entanto, apenas 28% demonstraram ter uma compreensão mais completa sobre o que o ECA representa. Em relação aos direitos, os mais citados foram: direito à educação (88%), direito ao lazer (72%), direito à saúde (60%) e direito à alimentação (56%). Alguns alunos também mencionaram o direito de ter uma família e de ser tratado com respeito. Esses direitos foram lembrados com facilidade, provavelmente porque fazem parte da vivência cotidiana dos estudantes.

Por outro lado, o conhecimento sobre os deveres mostrou-se mais limitado. Somente 36% dos alunos conseguiram citar exemplos de deveres, como respeitar os colegas, obedecer os professores, cuidar dos materiais escolares e não praticar bullying. Outros citaram o dever de participar das aulas e colaborar com a limpeza da escola. Muitos estudantes demonstraram surpresa ao saber que o ECA também fala sobre deveres e não apenas sobre direitos.

Durante as observações em sala de aula, foi possível perceber que, embora o ambiente escolar incentive atitudes de respeito e responsabilidade, essas ações nem sempre são associadas diretamente ao que está previsto no ECA. Isso indica a necessidade de uma abordagem mais explícita e estruturada sobre a lei dentro do planejamento pedagógico.

Esses achados reforçam o que autores como Abramovay (2002) e Silva e Ferreira (2018) já indicaram em suas pesquisas: é necessário tornar o ECA parte ativa da vivência escolar, com atividades que despertem o interesse dos alunos e os envolvam na construção de uma cultura de direitos e deveres.

CONCLUSÕES

Este estudo piloto contribuiu para entender como os alunos do 5º ano de uma escola pública percebem o Estatuto da Criança e do Adolescente. Os dados

indicam que os estudantes têm um conhecimento maior sobre os direitos do que sobre os deveres, e que esse conhecimento ainda é superficial em muitos casos.

Isso demonstra a importância de incluir o ECA nas práticas pedagógicas de forma contínua, lúdica e reflexiva. A escola deve ser um espaço onde os estudantes aprendam não apenas conteúdos acadêmicos, mas também valores como justiça, empatia, solidariedade e responsabilidade.

Trabalhar o ECA desde os anos iniciais do Ensino Fundamental é uma forma de garantir que crianças e adolescentes reconheçam a importância de viver em sociedade de forma respeitosa e ativa.

Como se trata de um estudo piloto, recomenda-se que novas pesquisas sejam realizadas com turmas de diferentes séries e em escolas com perfis diversos, para ampliar os dados e comparar os resultados. Isso poderá contribuir para o desenvolvimento de políticas educacionais que valorizem o ensino da cidadania e dos direitos humanos desde a infância.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

SILVA, L. A.; FERREIRA, T. C. Conhecimento dos estudantes do ensino fundamental sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Revista Educação e Cidadania**, v. 23, n. 2, p. 45-59, 2018.